

Concessionária Linha Universidade S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021 e de 2020**

Conteúdo

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	15

Relatório da Administração

Contexto Operacional e de continuidade

A Administração buscando dar transparência às informações apresentadas aos leitores das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, sobre as principais ações no contexto do início das atividades a partir dos acordos firmados e do aditivo contratual da concessão Linha 6 - Laranja do Metro de São Paulo - traz uma prévia análise sobre o cenário em 2021 com a atualizações sobre impactos da pandemia de Covid-19 e os avanços para continuidade operacional, além disso procura apresentar as ações estratégicas da Companhia.

A Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Uni”; “Companhia”; “Concessionária” ou “Linha 6”), nos termos do seu estatuto social foi constituída sob forma jurídica de Sociedade de Propósito Específico SPE – de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô da Linha 6–Laranja na cidade de São Paulo.

O contrato de concessão é de parceria público privada – PPP, pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção, com duração prevista de 5 anos, e a fase operação, com duração prevista de mais 19 anos onde iniciará a fase de administração, operação e manutenção. O projeto encontra-se na Fase I execução de infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a adequada operação.

O projeto será financiado por recursos de aportes dos sócios, de terceiros–(BNP Paribas, Simplicific) e financiamento de longo prazo via entidades financeiras no Brasil, a companhia estuda as melhores alternativas e conta também com os recursos dos aportes do Poder Concedente referentes aos avanços nas fases do projeto de construção.

A Concessionária firmou a cessão do contrato de concessão e assumiu a sua responsabilidade, substituindo a Move SP no contrato nº 15/2013 com a anuência da STM – Secretária de Transportes do Metropolitano “Poder Concedente” utilizando como base a Constituição em seu artigo nº 175 e a Lei Geral de Concessões nº 8.987/1995 que autoriza a movimentação do contrato de concessão entre empresas e/ou as transferências do controle societário.

A Ação Direta de inconstitucionalidade nº 2.946 proposta pela Procuradoria Geral da República – (PGR), versando sobre a inconstitucionalidade da transferência dos contratos de concessão, este assunto está perante ao Supremo Tribunal Federal – (STF). A questão foi superada na votação que aconteceu no plenário virtual do dia 8 de março de 2022, onde os onze ministros votaram e o placar final foi de 7 votos favoráveis a improcedência do pedido feito pela PGR de inconstitucionalidade do tema, e 4 votos contrários.

Em 23 dezembro de 2021 houve avanço significativo nas negociações junto ao BNDES e a assinatura do contrato de empréstimo de nº 21.2.0432.1, que prevê a disponibilidade de recursos em 4 (quatro) subcréditos no valor total de R\$ 6,9 bilhões de reais a serem liberados até o primeiro quadrimestre de 2022 e incluiu como anexo o contrato de termos comuns (CTA), a ser assinado por todas as partes (incluindo todos os bancos garantidores e agente de debêntures). Com base neste contrato de empréstimo assinado, a Companhia avança no atendimento das condições precedentes e da fase de apresentação das documentações obrigatórias antes do 1º desembolso em 24 de março.

Os estudos e levantamentos feitos para liberação dos recursos revela o rating Fitch é AA local, equivalente a um BB internacional para o projeto.

Os impactos do surto do coronavírus (COVID-19) causaram uma deterioração significativa nas condições econômicas e um aumento nas incertezas econômicas no Brasil e em todos os países diminuindo o PIB em porcentagens consideráveis e influenciando nos aumentos das taxas de inflação, elevação das taxas de juros pelos bancos centrais. As atividades da companhia permanecem inalteradas e temos avançados conforme as previsão do projeto.

Estamos num setor que poderia enfrentar a um declínio de demanda, com queda nas vendas de serviços e pressão sobre as margens, mas existem vários aspectos que mitigam este risco:

1. Este projeto encontra-se na Fase I de construção e durante os próximos 4 anos, momento que está prevista a conclusão das obras e por isso ainda não existem risco causados por declínio de demanda.
2. Eventual queda na demanda de até 60% será coberta pelo poder concedente.
3. Segundo realização de estudos de demanda futura por serviço de usuários de metrô, o possível impacto no projeto da Linha de Metro não seria relevante.

A companhia continua acompanhando a situação do incidente com uma coletora de esgoto da Sabesp no VSE Aquinos e que foi amplamente divulgado pela mídia, onde a Concessionária e a Acciona Construtora conjuntamente, buscam resolver o quanto antes o problema, se mantendo a frente das ações necessárias e garantindo a cobertura dos danos por meio de apólices de seguros, contratadas para mitigar riscos da construção e operação. O projeto segue normalmente nas demais frentes de trabalho e no cenário atual, descrito a Administração entende ter total capacidade de dar continuidade ao projeto durante os próximos anos e que está em pleno cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Concessionária Linha Universidade S.A.**
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária Linha Universidade S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária Linha Universidade S.A em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Fase I de implantação das estações, terminais e sistemas.

Chamamos atenção para a nota explicativa nº1, que menciona que o contrato de concessão encontra-se na fase I de construção da infraestrutura de concessão: estações, terminais e sistemas metroviários. A Companhia conta com recursos provenientes da emissão de debêntures, financiamento e aportes de acionistas e do poder concedente para conclusão dessa fase. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração dos ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 3.3 e 6 das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia reconheceu R\$ 3.260.924 mil de ativos financeiros de concessão em razão do direito contratual de receber caixa pelos serviços de construção da linha 6 do metro de São Paulo. Conforme ICPC 01/OCPC 05 – Contratos de concessão, a Companhia reconhece os gastos com a construção da infraestrutura como um ativo financeiro, uma vez que possui o direito contratual incondicional de receber caixa pelo serviço de construção, e reconhece os demais gastos, que não representam potencial de geração de receita adicional com a infraestrutura, como despesas quando incorridos. A administração da Companhia exerceu julgamento para determinar quais são os gastos relacionados ao serviço de construção da infraestrutura daqueles que não representam potencial de geração de receita adicional e são reconhecidos como despesa no resultado do exercício. Consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria devido à natureza da política contábil relativa ao assunto e o julgamento realizado pela administração para aplicação dessa política contábil que possui efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: – Avaliação do desenho e implementação dos controles internos chaves do processo de análise e alocação dos gastos com a infraestrutura entre ativo financeiro e despesas; – Testes documentais, em base amostral, das adições de infraestrutura, incluindo: (i) a inspeção de contratos de prestações de serviços e/ou notas fiscais que suportam os valores reconhecidos como ativo ou despesa; e (ii) inspeção, junto com a área de engenharia, das medições realizadas de acordo com o andamento das obras – Avaliação, em base amostral, da natureza dos gastos com construção e demais gastos com a infraestrutura considerando os critérios e políticas contábeis para determinação se tais gastos são qualificáveis ou não para capitalização.. – Avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. Com base nas evidências obtidas, por meio dos procedimentos de auditoria acima sumariados, consideramos aceitáveis os valores de gastos com serviços de construção da infraestrutura de concessão como ativo financeiro, assim como as respectivas divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2022.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Walter Malvar Leite da Silva
Contador CRC RJ-117037/O

Concessionária Linha Universidade S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

<i>Ativo</i>	<i>Nota</i>	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Caixa e Equivalentes de caixa	4	208.189	78.670
Adiantamentos à fornecedores	5	1.860	1.860
Outros Ativos		<u>5.237</u>	<u>2.102</u>
		215.286	82.632
Não circulante			
Adiantamentos à fornecedores	5	5.270	7.440
Deposito em Garantia		<u>185</u>	<u>185</u>
		5.455	7.625
Ativo Financeiro de concessão	6	3.260.924	1.929.477
Outros ativos financeiros		6.342	-
Imobilizado		108	4
Direito de Uso		3.015	2.862
Intangível		<u>1.643</u>	<u>338</u>
		3.272.032	1.932.681
Total do ativo		<u>3.492.773</u>	<u>2.022.938</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeira.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Circulante			
Debêntures	8	1.478.671	886.712
Empréstimos	8.1	122.964	154.796
Obrigações Contratuais	8.2	134.136	118.569
Partes Relacionadas - Provisão	9	210.744	55.712
Fornecedores terceiros		5.564	2.836
Partes Relacionadas - Fornecedores	9	7.520	1.444
Outros valores a pagar		7.519	8.987
		1.967.118	1.229.056
Não circulante			
Debêntures	8	858.798	-
Empréstimos	8.1	118.566	237.009
Obrigações Contratuais	8.2	265.091	399.626
IRPJ e CSLL Diferidos	7	49.738	5.640
Outros valores a pagar		2.298	2.511
		1.294.491	644.786
Patrimônio líquido	10		
Capital Social		138.450	138.450
Reserva Legal		4.839	559
Reserva de Lucros		87.875	10.087
Total do Patrimônio Líquido		231.164	149.096
Total do passivo e patrimonio líquido		3.492.773	2.022.938

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeira.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Receita Líquida	11	1.590.706	1.929.477
Custos dos Serviços Prestados	11	<u>(1.255.378)</u>	<u>(1.871.490)</u>
Lucro bruto		<u>335.328</u>	<u>57.987</u>
Despesas operacionais	12		
Serviços Contratados - Terceiros		(23.434)	(6.609)
Serviços Contratados - Partes Relacionadas		(16.539)	(4.694)
Administrativas, pessoal e tributárias		<u>(13.592)</u>	<u>(2.194)</u>
		<u>(53.565)</u>	<u>(13.497)</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		<u>281.763</u>	<u>44.490</u>
Receitas Financeiras	13	1.637	497
Despesas Financeiras	13	<u>(153.699)</u>	<u>(28.170)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(152.062)</u>	<u>(27.673)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>129.701</u>	<u>16.817</u>
Impostos sobre lucro		<u>(44.098)</u>	<u>(5.640)</u>
IRPJ e CSSL Diferidos	7	<u>(44.098)</u>	<u>(5.640)</u>
Resultado do exercício		<u>85.603</u>	<u>11.177</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Lucro Líquido do exercício	<u>85.603</u>	<u>11.177</u>
Outros componentes do resultado abrangente do exercício		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>85.603</u>	<u>11.177</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de Lucros			
	Capital social Subscrito	Capital a integralizar	Legal	Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Total
Em 31 dezembro de 2019	<u>1</u>	<u>(1)</u>	-	-	-	-
Aumento capital social	519.999	(519.999)	-	-	-	-
Aporte de capital	-	138.450	-	-	-	138.450
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	11.177	11.177
Constituição de Reserva Legal	-	-	559	10.087	(10.646)	-
Proposta de dividendos	-	-	-	-	(531)	(531)
Em 31 dezembro de 2020	<u>520.000</u>	<u>(381.550)</u>	<u>559</u>	<u>10.087</u>	<u>-</u>	<u>149.096</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	85.603	85.603
Constituição de Reserva Legal (Nota explicativa 10)	-	-	4.280	77.257	(81.537)	-
Proposta de dividendos (Nota explicativa 10)	-	-	-	-	(4.066)	(4.066)
Reversão de dividendos propostos (Nota explicativa 10)	-	-	-	531	-	531
Em 31 dezembro de 2021	<u>520.000</u>	<u>(381.550)</u>	<u>4.839</u>	<u>87.875</u>	<u>-</u>	<u>231.164</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária Linha Universidade S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	85.603	11.177
Ajustes:		
IRPJ E CSLL Diferidos	44.098	5.640
Provisão de folha	1.217	231
Custos das Provisões de Fornecedores	11.167	-
Provisões de juros de empréstimos	151.025	28.170
Receita de ativo financeiro	(279.984)	(44.487)
Depreciação e Amortização	346	-
	13.472	731
(Aumento)/redução dos ativos e aumento/(redução) dos passivos		
Adiantamentos a fornecedores	2.170	(9.300)
Outros Ativos	(1.398)	(2.286)
Fornecedores - terceiros	(10.289)	(4.482)
Obrigações Fiscais e Tributárias	(7.099)	(7.964)
Fornecedores - Partes Relacionadas	16.419	-
Outros Valores a pagar	3.356	-
Caixa líquido proveniente (utilizado) nas atividades operacionais	16.631	(23.301)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos	(1.179.333)	(904.264)
Ativo Financeiro de concessão	(1.177.425)	(904.264)
Aquisição Intangível	(1.646)	-
Aquisição Imobilizado	(262)	-
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	1.292.221	1.006.235
Captação de debentures	1.420.000	880.000
Custos de captação das debentures	(15.174)	(12.215)
Financiamento BNDES Longo prazo – Custo	(6.341)	-
Juros pagos das debentures	(54.042)	-
Amortização dos valores dos contratos Cessão	(129.217)	-
Juros pagos dos contratos Cessão	(9.545)	-
Amortização dos valores dos Empréstimos	(149.329)	-
Juros pagos dos Empréstimos	(23.389)	-
Integralização de capital	-	138.450
Aportes do Poder Concedente	259.258	-
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	129.519	78.670
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	78.670	-
No fim do exercício	208.189	78.670
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	129.519	78.670

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeira.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto Operacional

A Concessionária Linha Universidade S.A. (“Linha Uni”; “Companhia”; “Concessionária” ou “Linha 6”), nos termos do estatuto social foi constituída sob forma jurídica de SPE - Sociedade de Propósito Específico, de capital fechado, possui sua sede localizada no bairro de Vila Olímpia, São Paulo e tem como objeto social exclusivo prestar serviços públicos de transporte de passageiros, a serem executados na operação do metrô Linha 6–Laranja na cidade de São Paulo. O contrato de concessão foi firmado nos moldes da PPP - Parceria Público Privada, pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e a fase operação e administração e manutenção do metrô.

O projeto encontra-se na Fase I execução de infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e ações necessárias para permitir a adequada operação.

O projeto financiado por recursos de aportes dos sócios, aportes do Poder Concedente (PPP) referente ao avanço das fases do projeto de construção e pelo financiamento de curto e longo prazo contratado junto a entidades financeiras no Brasil.

A companhia recebeu o valor total de R\$ 2.300.000 (Dois bilhões, trezentos milhões de reais) pela emissão de debentures, recebeu em 2020 o valor de R\$ 880.000 (Oitocentos e oitenta milhões de reais), e durante o ano de 2021 mais R\$ 1.420.000 (Um bilhão, quatrocentos e vinte milhões de reais) vide (nota 8).

As emissões de debentures foram a estratégia inicial de curto prazo devido à necessidade de investimentos em obras e o pagamento das parcelas das obrigações assumidas. A companhia assinou no dia 23 de dezembro de 2021 o contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNDES. Nele foram acordados os fluxos das liberações dos recursos do financiamento a partir do ano de 2022. Para que estas liberações ocorram e os recursos estejam a disposição da Companhia, é necessário o cumprimento de certas etapas de obra e condições específicas. A liberação dos fundos acordados no contrato de financiamento serão utilizadas em primeiro momento para equalização das dívidas de curto prazo e posteriormente serão parte da estrutura de financiamento do projeto junto com os recursos do poder concedente e capital direto dos acionistas. Em virtude dessa estratégia adotada no curto prazo a empresa apresenta o capital circulante líquido negativo em R\$ 1,7 bilhão, a administração entende que a troca desses empréstimos de curto prazo por financiamento de longo prazo através do contrato celebrado junto ao BNDES, trará a melhoria do índice, e reforça que o projeto encontra-se em fase de investimentos onde os recursos foram direcionados para aquisição da concessão e avanço da obra e as receitas operacionais previstas somente iniciarão com a entrada em operação e término da fase I, prevista para 2025.

A Concessionária com base na Constituição federal em seu artigo nº 175 e na Lei Geral de Concessões nº 8.987/1995, que autoriza a movimentação do contrato de concessão entre empresas e/ou as transferências do controle societário, firmou a cessão do contrato de concessão e assumiu a sua responsabilidade, substituindo a Move SP no contrato nº 15/2013 com a anuência da STM – Secretária de Transportes do Metropolitano “Poder Concedente”. Atualmente existe uma Ação Direta de inconstitucionalidade nº 2.946 proposta pela Procuradoria Geral da República – (PGR), versando sobre a inconstitucionalidade da transferência dos contratos de concessão este assunto está em discussão perante o Supremo Tribunal Federal – (STF). Nossos assessores jurídicos entendem o prognóstico possível para ação direta de inconstitucionalidade seja julgada improcedente, houve o início do julgamento durante 2021, que foi paralisado, retornando em 08 de março de 2022 onde a votação acabou e a companhia obteve sucesso no pleito.

Os impactos do surto coronavírus (COVID-19) com o aparecimento das novas cepas (como é o caso da Ômicron) e seus efeitos tem sido combatido com o desenvolvimento de diferentes vacinas pelo mundo e sua aplicação a população, além das medidas de prevenção. Os países agora estão preocupados com os efeitos causados na economia pela deterioração significativa nas condições pelo mundo, todos os países tiveram diminuídos os seus PIB – produto interno bruto, em porcentagens consideráveis, além disso a inflação tem suas taxas elevadas e para conter esses aumentos os bancos centrais têm recorrido ao aumento da taxa de juros básico. O Brasil passa por um momento difícil da epidemia tendo que aplicar medidas rigorosas na economia como a elevação dos juros para diminuir a expansão da inflação nos preços dos produtos e serviços.

A Concessionaria avalia a todo momento os eventos e impactos da pandemia, utiliza protocolo de segurança com testagem dos profissionais, uso de mascaras, álcool gel e distanciamento, o contrato de cessão com o Poder Concedente no Aditivo nº 2, na cláusula 15 Da Pandemia Covid-19 “as partes reconhecem a situação como de força maior”, observando o previsto no Contrato de Concessão na cláusula 26 Do caso Fortuito ou de Força Maior onde se regula “que as partes acordarão se haverá lugar para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou a extinção da Concessão, em ocorrência de caso fortuito ou força maior cujas consequências não foram seguráveis no Brasil. Também se regula que “As partes se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de força maior ou caso fortuito”

Estamos num setor que poderia estar enfrentado a uma demanda de declínio, com queda nas vendas de serviços e pressão sobre as margens, mas existem vários aspectos que mitigam este risco:

1. Este projeto encontra-se na Fase I de construção e durante os próximos 4 anos quando está prevista a conclusão das obras não existem riscos causados por demanda.
2. Uma queda na demanda de até 60% será coberta pelo poder concedente.
3. Segundo estudos de demanda realizados com usuários de metrô, o possível impacto no projeto da Linha 6 seria muito baixo.

Projeto de implantação prevê terminais, extensão e integração das estações

Foi mantido o projeto de implantação das estações Brasilândia até São Joaquim com 15,3 km de extensão. A Linha 6 – Laranja de metrô de São Paulo, que se integrará ao sistema metro ferroviário da região metropolitana de São Paulo, abrangendo 15 estações enterradas, sendo estas as estações Brasilândia, Vila Cardoso, Itaberaba, João Paulo I, Freguesia do Ó, Santa Marina, Água Branca, SESC Pompéia, Perdizes, PUC-Cardoso de Almeida, Angélica/ Pacaembu, Higienópolis-Mackenzie, 14 Bis, Bela Vista e São Joaquim, incluindo um pátio de estacionamento e manutenção de trens, intitulado Pátio Morro Grande.

a. Contrato de concessão patrocinada de serviços públicos de transporte de passageiros

A Companhia assumiu a responsabilidade da prestação de serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6 - Laranja do metrô de São Paulo e que foi cedida pelo Poder Concedente pelo prazo de 24 anos, divididos entre a fase de construção e operação, prevendo 5 anos para construção e implantação das estações e os 19 anos de operação do sistema.

A vigência do contrato de concessão aconteceu com a emissão da carta de contratação / extrato de aditamento assinado em 06 de julho de 2020 e publicado no diário oficial em 08 de julho de 2020, a partir do qual dá-se início a contagem do prazo previsto para início e término do contrato previsto para o ano de 2044.

O valor do contrato, correspondente as receitas tarifárias estimadas para todo o prazo da concessão que é de R\$ 15.663.061 (Quinze bilhões, seiscentos e sessenta e três milhões, sessenta e um mil reais) com base na estimativa de outubro 2020. Haverá outras receitas complementares provenientes do funcionamento e da avaliação da eficiência das estações, e a concessionária poderá explorar receitas de publicidade e da cessão de espaços comerciais e outras receita acessórias. De acordo com o contrato esses valores se destinam à implantação da infraestrutura, e a geração das receitas previstas no plano de negócio, não podendo ser utilizado por nenhuma das partes para pleitear recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato e nem investimentos contingentes.

A Companhia precisa obedecer aos prazos e as previsões do contrato aditivo estando obrigada a atuar de forma planejada para operar a concessão em três fases progressivas em etapas e atividades como segue:

- **Fase I** – Execução da infraestrutura, compreendendo as obras civis, instalação de via permanente e sistemas de alimentação elétrica, de sinalização, de telecomunicações e auxiliares, aquisição de material rodante e demais ações necessárias para permitir a adequada operação;
- **Fase II** – Operação dos serviços públicos de transporte de passageiros da Linha 6, com todas as suas estações, no trecho Brasilândia – São Joaquim; compreendendo a prestação de serviços relativos às funções de operação e manutenção da linha, com o funcionamento das estações, dos terminais de integração intermodal, do centro de controle operacional, do controle do acesso de passageiros e da validação de créditos de viagem, incluindo segurança operacional, pessoal e patrimonial em parâmetros compatíveis com a demanda.

- **Fase III** – Expansão dos serviços de transporte concedido, condicionada à superveniência de decisão motivada do Poder Concedente, no trecho compreendido entre Brasilândia – Bandeirantes, contemplando a operação e a manutenção do trecho, podendo incluir obras civis, instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante. A participação da Concessionária na operação e manutenção dos serviços da Fase III é obrigatória, e a execução das obras civis da expansão, bem como instalação e fornecimento de todos os sistemas e material rodante fica condicionada à sua expressa aceitação.

A execução de expansão da Linha 6, Fase III, será objeto de Termo Aditivo ao Contrato, devendo sua remuneração ser mensurada pela utilização do método do Fluxo de Caixa Marginal, conforme descrito na Cláusula Vigésima Segunda.

Contrato de construção tipo EPC de implantação das Estações

A concessionária visando a fase I do projeto de construção e obras de implantação com previsão de término para cinco anos contratou a empresa espanhola Acciona Construcción, que se tornou responsável em realizar as obras civis da linha Laranja de metrô de São Paulo.

b. *Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI.*

A companhia obteve junto aos órgãos reguladores e fiscalizadores de tributos da Receita Federal do Brasil, o REIDI - Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura, onde as pessoas jurídicas beneficiárias estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e de serviços para a aplicação exclusiva nas obras de infraestrutura aplicando o benefício de não incidência/suspensão para os impostos federais do PIS - Programa de Integração Social, e da COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, publicado na Portaria do Ministério das Cidades nº 504/2014 e do Ato Declaratório Executivo da Receita Federal nº 171 de 6 de outubro de 2020 publicada no DOU de 17/06/2020.

c. *Regime Especial Convênio ICMS de Incentivos - ICMS para implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo*

A Companhia teve sucesso no credenciamento no Regime Especial de ICMS, onde as pessoas jurídicas beneficiárias pelo Convênio ICMS estão autorizadas a efetuar aquisições de bens e materiais para a aplicação exclusiva nas obras da Linha 6 Laranja do Metro de São Paulo, sem a incidência ICMS - Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços, conforme comunicado DEAT publicado na Portaria CAT 03/2013 da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, – processo eletrônico de Regime Especial nº 091092/2020 de Número 1630/2020, em 06 de outubro de 2020.

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus custos amortizados e valor justo quando aplicável, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis exigidas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 3.

A Diretoria da companhia autorizou em 11 de março de 2022 a emissão das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a companhia conseguirá cumprir suas obrigações assumidas e de pagamentos decorrentes das emissões das debêntures durante o ano de 2022. A companhia nesse momento do projeto foca no financiamento e obtenção de recursos para os investimentos da primeira fase de construção, e conta com o contrato de financiamento de longo prazo assinado com o BNDES em 23 de dezembro de 2021 no valor de R\$ 6,9 bilhões de reais com as liberações de valores até o primeiro quadrimestre de 2022, e prevê condições precedentes que devem ser cumpridas:

- Apresentação das Demonstrações Financeiras auditadas.
- Comprovação do cronograma de construção.
- Apresentação do Relatório de Engenheiro Independente.
- Decisão do STF sobre a ADI 2946 sobre a inconstitucionalidade da transferência de contrato de concessão.
- Relatório de Consultor de Tráfego.

A administração utilizou de alternativas de financiamento disponíveis através de empréstimos, financiamentos de curto, aportes do poder concedente e, aportes de capital pelos acionistas, agora foca no empréstimo de longo prazo junto ao BNDES e no atendimento das condições precedentes para as liberações dos recursos, por isso apresenta as garantias financeiras, relatórios e documentos conforme as informações indicadas acima.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia, as demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma, . Não há saldos ou operações com moedas estrangeiras.

3 Uso de estimativas e julgamentos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão incluídas nas notas a seguir.

3.2 Instrumentos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração concentra-se na busca por instrumentos de gestão para minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada segundo as políticas aprovadas por seus acionistas.

Risco cambial

A Companhia tem como política reduzir o risco de caixa relacionado a variação cambial uma vez que a grande maioria de suas operações são denominadas em reais.

Atualmente não está exposta ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar norte-americano (US\$) e ao Euro (€). O risco cambial decorre basicamente de passivos para aquisição de imobilizado, líquidos dos efeitos de variação cambial e contas a receber de mercado externo.

Risco de taxa de juros e atualização monetária

O endividamento da Companhia está sujeito a taxas de juros flutuantes, especialmente Taxa CDI. Existe o risco de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado.

Como política de gestão, a Companhia não utiliza nenhum instrumento para mitigar sua exposição às flutuações das taxas de juros por considerar esse um risco de mercado inerente a todas as Companhias que atuam no Brasil.

A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamentos, financiamentos e hedge. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros. Os cenários são elaborados somente para passivos que representam as principais posições com juros. Vide análise de sensibilidade de possíveis flutuações nas taxas de juros.

A Companhia tem passivos significativos em que incidem juros substancialmente atrelados a taxas prefixadas. O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e arrendamentos mercantis financeiros de curto prazo. A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros com base na simulação de cenários, levando em consideração, principalmente, mudanças das taxas praticadas. A simulação é feita quando há necessidade de um novo empréstimo ou arrendamento mercantil financeiro.

Análise de sensibilidade

O quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de um ano. Apresentamos abaixo os dois cenários de deterioração na variável de risco (25% e 50%), respectivamente (cenários II e III):

Ativo Financeiro	31/12/2021	Indicador	Provável	Efeito no resultado	
				25%	50%
Aplicações financeiras	208.144	CDI	9.242	11.552	13.862

Passivo Financeiro	31/12/2021	Indicador	Provável	Efeito no resultado	
				25%	50%
Debentures	(1.478.671)	CDI	(65.653)	(82.066)	(98.480)
Empréstimos	(122.964)	CDI	(5.460)	(6.824)	(8.189)
Circulante	(1.601.635)		(71.113)	(88.890)	(106.669)
Debentures	(858.798)	CDI	(38.131)	(47.663)	(57.196)
Empréstimos	(118.566)	CDI	(5.264)	(6.580)	(7.896)
Não Circulante	(977.364)		(43.395)	(54.243)	(65.092)
Total	(2.578.999)		(114.508)	(143.133)	(171.761)

Análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças em relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

Referências	Provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Taxas – CDI (%)	4,44%	5,55%	6,66%

Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito e risco de liquidez.

Risco de crédito:

O risco de crédito ao qual a Companhia está sujeita:

Crédito bancário

No risco de crédito bancário, com base nas sobras de caixa a Administração determina os limites de crédito de aplicação para cada banco, mantendo aplicações financeiras somente nos bancos considerados de primeira linha (rating) e de baixíssimo risco, contratando aplicações financeiras em renda fixa compromissadas de curto prazo de máximo 90 dias, remunerando a taxa CDI com percentuais entre 65 a 70%.

Instituição Financeira	S&P	Fitch	Moody's
Banco Itaú S. A	AAA	AAA	A1
Banco Santander S. A	A	A-	A2
Banco do Brasil S. A	BB-	AA	Ba2

Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado pela Companhia, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia. Essa previsão leva em consideração o estudo financeiro para execução da obra, bem como os planos de obtenção de recursos de terceiros para financiar parte da construção.

Os recursos financeiros da Concessionária foram obtidos através de aporte de capital dos sócios, aporte do Poder Concedente, da captação de empréstimos bancários, e das futuras receitas da prestação de serviços – contraprestação pecuniária por parte do Poder Concedente e receitas tarifárias – e receitas acessórias de exploração da linha, sendo parte dos recursos destinados para o suprimento de caixa dos investimentos a serem realizados. O potencial excesso de caixa mantido é investido em contas bancárias com incidência de juros e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até o vencimento contratual, quando a Companhia espera realizar sua liquidação.

As taxas de juros (CDI) estimadas para os compromissos futuros refletem as taxas de mercado em cada período.

Passivos financeiros	Curto Prazo	Longo Prazo	2022	2023	2024	2025
Debêntures	1.478.671	858.798	1.478.671	-	-	858.798
Empréstimos	122.964	118.566	122.964	118.566	-	-
Obrigações contratuais	134.136	265.091	134.136	188.548	33.765	42.778
Total	1.735.771	1.242.455	1.735.771	307.114	33.765	901.576

Em decorrência da etapa atual do projeto (fase I) onde a infraestrutura necessária para operação está sendo desenvolvida e não há operação para se gerar caixa operacional, a Companhia conta com recursos oriundos de acionistas, do poder concedente e de dívida para financiar suas operações que, neste momento, tratam-se substancialmente do desenvolvimento de obra do projeto do metrô. A situação de liquidez com vencimentos em curto prazo é esperada para o desenvolvimento de um projeto desta natureza. Na medida em que a Companhia se prepara para receber recursos oriundos do financiamento de longo prazo do BNDES (contrato que já se encontra assinado) e com isso melhorar sua situação de liquidez, aportes de acionistas e poder concedentes, bem como eventuais empréstimos ponte são considerados pela companhia para liquidação de suas obrigações de curto prazo.

A companhia estruturada no modelo financeiro para garantir o avanço durante a Fase 1 do Contrato de concessão indica as fontes de recursos indicadas abaixo (nota 8):

- Aportes dos sócios R\$ 138,5 milhões em 2020;
 - Empréstimo Ponte 1 (Debêntures 1ª Emissão) - R\$ 1 bilhão – emitidas em outubro 2020;
 - Empréstimo Ponte 2 (Debêntures 3ª Emissão) - R\$ 450 milhões – emitidas em março 2021;
 - Empréstimo Ponte 3 (Debêntures 4ª Emissão) - R\$ 950 milhões – emitidas em novembro de 2021;
 - Aportes de Recursos pelo Poder Concedente: R\$ 259 milhões em dezembro/2021;
 - Empréstimo Longo Prazo (BNDES) assinado em dezembro/2021 - R\$ 6,9 bilhões – fluxo de liberações a partir de 2022;
 - Capital Próprio Acionistas (Debêntures): R\$ 2,5 bilhões a partir 2022;
 - Novos Aportes de Recursos pelo Poder Concedente que totalizará - R\$ 5,9 bilhões – a serem aportados até 2025 conforme previsto no contrato de concessão.
- (a) **Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.
- Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia. Administração pode propor, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.
- (b) **Estimativa do valor justo:** Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. Pressupõe-se que os saldos das contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), são uma aproximação razoável dos seus valores justos e, assim, a administração entende não ser necessária divulgação adicional.

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa e financiamentos estão contabilizados pelo valor justo e sem risco de mudança significativa de valor em caso de resgate e/ou liquidação antecipada. Desta forma, os saldos apresentados são uma aproximação razoável dos seus valores justos, não sendo necessário divulgar sua estimativa.

- (c) **Instrumentos financeiros por categoria:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, estejam próximos de seus valores justos.

Ativos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Caixa e Equivalentes de caixa	Custo amortizado	208.189
Outros ativos	Custo amortizado	5.237
Circulante		213.426
Depósitos em garantia	Custo amortizado	185
Não Circulante		185
Total ativos financeiros		213.611

Passivos financeiros	Classificação	Valor Contábil
Debêntures	Custo amortizado	1.478.671
Empréstimos	Custo amortizado	122.964
Obrigações contratuais	Custo amortizado	134.136
Partes relacionadas	Custo amortizado	218.264
Circulante		1.954.035
Debêntures	Custo amortizado	858.798
Empréstimos	Custo amortizado	118.566
Obrigações contratuais	Custo amortizado	265.091
Não circulante		1.242.455
Total Passivos financeiros		3.196.490

A companhia não possui instrumentos financeiros marcados à valor justo. De acordo com a natureza dos instrumentos financeiros, a avaliação da Companhia é de que os ativos e passivos acima estariam enquadrados no nível 2 na hierarquia de valor justo caso estivessem marcados a valor justo.

3.3 Ativo Financeiro – Concessão de serviços públicos.

O Contrato de Concessão Patrocinada nº 015/2013, no âmbito da Concorrência Internacional nº 004/2013, Processo STM nº 000770/2012, celebrado entre o Governo do Estado de São Paulo (Poder Concedente) e a Companhia (Concessionária) regulamenta a implantação da linha e operacionalização de serviços públicos pela Companhia, onde:

Com base nas características estabelecidas no Contrato de Concessão, a Administração entende que são atendidas todas as condições para a aplicação da interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contratos de Concessão a qual fornece as orientações sobre a contabilização de concessões e de serviços públicos a operadores privados de forma a refletir o negócio de prestação de serviços de transporte de passageiros, abrangendo:

1. Parcela estimada dos investimentos realizado e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.
2. A infraestrutura de construção será recuperada a traves do seguinte fluxo de caixa:
 - (a) Remuneração da contraprestação pecuniária;
 - (b) Aporte de recursos pelo Poder Concedente.

A Administração considera que os pagamentos pelos investimentos na construção assim a remuneração pecuniária referente aos aportes de recursos, assim como tendo em conta que o risco da demanda real está coberto pelo poder concedente, aplicará tudo ao registro em seu ativo financeiro, não reconhecendo itens como ativo intangível na contabilidade da sociedade.

Em conformidade com os Pronunciamentos Técnicos: CPC 47 – Receita de contratos com clientes e Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão, a Companhia, com base no seu contrato de concessão, atendeu a determinadas características para que os investimentos se qualifiquem para o reconhecimento no ativo financeiro, tais como ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

Também queremos mencionar que o patamar mínimo das receitas (60% da demanda projetada) antes de resgatar o contrato de concessão é suficientemente elevado para avaliar que a concessionária não enfrentará a possibilidade de risco de demanda, mantendo um índice de rentabilidade aceitável superior a taxa de desconto fixa do país.

A atualização do ativo financeiro envolve julgamento da Companhia para definir e alocar os gastos entre: (i) custos capitalizados, quando ocorre o aumento da capacidade e melhoria da infraestrutura e; (ii) despesas de manutenção incorridas, as quais são reconhecidas no resultado do exercício

3.3.1 Ajuste ao valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais. As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

3.4 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos nas contas de Caixa e equivalentes de caixa, incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4.2 Receitas de contratos com clientes

A Concessionária segundo a norma o ICPC 01, presta serviços de exploração de serviços públicos de transporte metroviários, conforme definido no contrato de concessão está na fase I de construção e implantação de sistema para a Linha 6 - Laranja do Metro de São Paulo, a Companhia adotou o CPC 47 a partir de 2020. As informações sobre as políticas contábeis da Companhia relacionadas a contratos com clientes e o efeito da aplicação inicial do CPC 47 desta nota. As receitas metroviárias, serão reconhecidas quando da utilização pelos usuários/clientes do metrô. As receitas acessórias (substancialmente receita de aluguel) são reconhecidas quando da prestação dos serviços. A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional será reconhecida pelo método linear durante o período de vigência.

A Concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, reconhece em seus registros o custo de construção em contrapartida dos fornecedores contratados, a receita de construção correspondente como ativo financeiro.

3.4.3 Instrumentos financeiros

A Concessionária adotou inicialmente uma taxa de remuneração esperado para o ativo financeiro, sobre os valores da classificação e da mensuração dos ativos e passivos financeiros pelo custo amortizado.

O modelo financeiro de negócios, projeta a taxa esperada de atualização do ativo financeiro durante o período contratual da concessão dos serviços públicos, onde o ativo financeiro é mantido a fim de receber fluxos de caixas futuros, de acordo cláusulas contratuais firmadas, datas e previsões que servirá para remunerar os investimentos no projeto.

- (a) **Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor do custo amortizado.

A classificação dos ativos financeiros adquiridos, passa teste de pagamento de principal e juros previstos no modelo de negócios.

(i) *Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Subsequentemente, são também mensurados ao valor justo, sendo os ganhos ou as perdas apresentadas na demonstração do resultado em “resultado financeiro” no período em que ocorrem, a menos que o instrumento tenha sido contratado em conexão com outra operação.

Nesse caso, as variações são reconhecidas na mesma linha do resultado afetada pela referida operação. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- **Nível 1** – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
 - **Nível 2** – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
 - **Nível 3** – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.
- (ii) *Custo amortizado*
- Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais.

- (iii) **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes**
Ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes.
- (b) **Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros encontrados e apresentados pelo valor líquido que é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.
- (c) **Valor justo:** Os valores justos dos instrumentos financeiros com cotação pública são baseados nos preços atuais de mercado. A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado.
- (d) **Perdas por *impairment*:** Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um “evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Em 31 de dezembro de 2021, não foi identificado perda por desvalorização sobre os ativos financeiros e não financeiros a ser reconhecido.
- (e) **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*:** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía contrato ou operou com instrumentos derivativos. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*Hedge Accounting*).
- (f) **Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.5 Ativo financeiro

- (a) **Constituição do ativo financeiro:** Valores dos contratos de cessão dos direitos e assunção de dívidas e obrigações da concessão, as contratações de serviços especializados no Brasil e no exterior para prestar assessoramento no estudo de modelos e de levantamento de financiamentos para viabilidade do projeto nos assuntos que tange a construção do projeto e nas formalizações legais e contratuais.

Registrado ao custo de aquisição de acordo com o instrumento de cessão de direitos, refere-se ao Projeto de implantação da Linha 6 Laranja do metrô de São Paulo para construção dos terminais e das estações do metrô, o termo aditivo do contrato de concessão, determinado o custeio e ressarcimento de tais estudos no contrato de concessão através do recebimento das receitas tarifárias e demais receitas advindas da operação do sistema.

- (b) **Concessão:** Refere-se a direito de atuar durante as três fases previstas no contrato de concessão e nos aditivos I e II assinado em 2020, sendo a fase I construção e implantação dos sistemas, fase II e III a operação do sistema metroviário de São Paulo, manutenção e expansão especificamente a Linha 6 Laranja do metrô, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 24 anos.

3.5.1 **Ativo Imobilizado**

Registrado ao custo de aquisição ou construção de um bem ou conjunto de bens. Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação a partir de sua operação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui o desembolso para sua aquisição e todos outros gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação dos itens relacionados à administração da implantação da linha é realizada mediante uso atual da estrutura, com suas respectivas taxas de depreciação aplicadas de forma linear, podendo outra forma ser utilizada a critério da administração, que verifica e revisa os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos, sempre que necessário, e/ou quando existir uma indicação de mudança significativa comparativamente a última data de balanço. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.5.2 **Ativo Intangível**

Registrado ao custo de aquisição ou de construção desse intangível, os itens são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da amortização a partir de sua operação ou quando eles passam a gerar benefícios e/ou fluxos de caixa futuros. Os valores das aquisições das licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-los e/ou para colocá-los prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares.

3.6 **Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos, ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não é recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, e representa o maior valor entre o valor justo e seus preços de venda em condições de uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. Em 31 de dezembro de 2021 não há registros de *impairment*.

3.6.1 **Contas a pagar a fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações assumidas de pagar pela aquisição de bens e/ou serviços que foram contratados no curso normal dos negócios, sendo classificados entre os passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano, caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante. São inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, dados os prazos de pagamentos, são registrados pelo valor da transação, que representa o valor justo na data de vencimento.

3.6.2 **Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

3.7 **Provisões**

As provisões são registradas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) e se o valor provisionado puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras. A Companhia não possui obrigações de aposentadoria para seus empregados, outras obrigações pós-emprego, ou remunerações baseadas em ações.

3.7.1 **Imposto de renda e contribuição social**

O Imposto de Renda da pessoa jurídica do exercício, correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável, e a Contribuição Social sobre o lucro líquido utiliza a alíquota de 9% sobre a base tributável. Para fins de compensação de prejuízos fiscais e base negativa, a sociedade observa o limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido e/ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas a posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado.

Quando aplicável, a Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia, de acordo com o CPC 32 Impostos diferidos – Impostos sobre o lucro e fundamentadas na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinadas em estudo técnico aprovado pela Administração, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Companhia considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

3.7.2 Demais passivos circulantes e não circulantes.

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.8 Capital social.

As ações do capital social são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido apresentando os totais e segregando os totais de ações por classes.

3.9 Normas emitidas, mas ainda não vigentes.

As novas normas que não entraram em vigor, não tiveram adoção antecipada e não impactaram a Companhia até 31 de dezembro de 2021, são as seguintes:

- **Contratos onerosos** - Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)- As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. A Companhia concluiu que não possui contratos onerosos em 31 de dezembro de 2021.

- **Reforma de taxas de juros de referência** – Fase 2 (alterações ao CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06): As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48, CPC 38, CPC 40, CPC 11 e CPC 06 relacionados a: mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e contabilidade de hedge.
- **Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:
 - Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
 - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
 - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
 - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
 - CPC 32 Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

Não há outros CPCs que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

4 Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2021	31/12/2020
Caixa	45	5
Aplicações financeiras (i)	<u>208.144</u>	<u>78.665</u>
Total	208.189	78.670

O saldo de caixa e equivalentes de caixa está substancialmente representado por saldos disponíveis em conta corrente e por aplicações em renda fixa compromissadas, sem risco de mudança significativa de valor e com liquidez imediata a taxa negociada que varia entre 60% e 70% da taxa CDI negociadas com instituição conhecidas e solidas no mercado.

- (i) A variação positiva explica-se pelas entradas de recursos da 4ª emissão de debêntures somadas aos dois aportes do poder concedente nos meses de novembro e dezembro.

5 Adiantamento de fornecedores

O registro do valor de adiantamento feito pela companhia, refere-se ao cumprimento da cláusula contratual firmada junto a fornecedores pela contratação de serviços de implantação de sistemas específicos para o funcionamento das novas estações do metrô.

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Adiantamento a fornecedores	1.860	1.860
Não Circulante		
Adiantamento a fornecedores	5.270	7.440
Total	7.130	9.300

6 Ativo financeiro de concessão

A concessionária adquiriu a operação da concessão da Linha 6 – Laranja do metrô de São Paulo, a operação foi concretizada em julho de 2020, que envolveu acordo com a concessionário anterior (Move SP – 2013 a 2020), seus parceiros de consórcios e bancos financiadores que aportaram recursos para o projeto, através de empréstimos e aquisições de ativos para o projeto iniciado em meados do mês de outubro de 2020, e por isso que não completou o ciclo comparativo entre os dois períodos apresentados no quadro abaixo.

	31/12/2021	31/12/2020
Contrato de Cessão Move São Paulo	516.870	516.870
Contrato Cessão Entidades Financeiras Credenciadas	309.308	309.308
Contrato Cessão BNDES	283.213	283.213
Contrato de Cessão Move São Paulo	88.000	88.000
Contrato de Cessão Distrato EPC	118.404	118.404
Contratos de Cessão da Operação (a)	1.315.795	1.315.795
Atualização Financeira (b)	413.342	61.892
Contrato de Construção - EPC	1.371.888	138.829
Contrato de Construção EPC - Ordem Avanço	309.753	309.753
Contrato de Construção Material Rodante	6.413	-
Contrato da Obra (c)	2.101.396	448.582
Contratos de Assessoria (d)	102.991	103.208
Aportes do Poder Concedente (e)	(259.258)	-
Total	3.260.924	1.929.477

- (a) Os registros referentes a compra da operação e assunção das dívidas existentes entre as empresas do consórcio Move e os bancos envolvidos nos financiamentos.
- (b) O registro dos valores da atualização financeira do ativo financeiro adquirido.
- (c) Os registros dos valores que envolvem o avanço da etapa de construção e da produção e certificação da obra.
- (d) Contratação de assessorias para formulação dos acordos e para busca de opções de financiamento no Brasil e no exterior.
- (e) Os registros dos valores referentes ao aporte do poder público referente a parceria público privada – PPP previstos no contrato de concessão, onde o estado contribui com o aporte de fluxo financeiros no projeto, com base em critérios de medição e no avanço da obra.

7 Impostos de renda e contribuição social diferidos

Na determinação dos impostos de renda corrente e diferidos a companhia apresenta créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social.

A compensação dos prejuízos fiscais limitada a 30% do resultado tributável do exercício, implica em considerável aumento no prazo de recuperação dos créditos tributários. Os créditos tributários diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura, e estabelece as condições essenciais para o reconhecimento contábil e manutenção de ativo diferido reconhecido por prejuízos fiscais, enquanto os registros do passivo diferido estão relacionadas as diferenças temporárias e a expectativa de realização futura.

O plano de negócio da companhia prevê prejuízos fiscais na fase de construção e da implantação das estações e dos sistemas, estes serão compensados em exercícios posteriores, quando a companhia começar a receber as receitas tarifárias pelo funcionamento das estações e demais receitas contratuais, com isso ela terá direito aos fluxos de caixas pela expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, advindos da operação dos transportes de passageiros, locação de espaços e publicidade.

Apuração da IRPJ e CSLL – Base Permanente		31/12/2021	31/12/2020
(=) Lucro antes do imposto de renda e da Contribuição social		129.702	16.587
(+) Adições		991.777	1.867.817
Custo de Construção		979.997	1.867.586
Provisões indedutíveis		11.780	231
(-) Exclusões		(1.331.447)	(1.929.478)
Receita de Construção		(979.997)	(1.867.586)
Receita de Atualização do Ativo		(351.450)	(61.892)
(=) Base Tributável (Prejuízo fiscal e base negativa)		(209.968)	(45.075)
IRPJ	25%	(52.492)	11.268
CSLL	9%	(18.897)	4.057
Total – IRPJ/CSSL Diferido ativo		(71.389)	15.325
Apuração da IRPJ e CSLL – Base Diferenças Temporárias		31/12/2021	31/12/2020
(+) Adições		991.777	1.867.816
Custo de Construção		979.997	1.867.586
Provisões indedutíveis		11.780	231
(-) Exclusões		(1.331.447)	-
Receita de Construção		(979.997)	(1.867.586)
Receita de Atualização do Ativo		(351.450)	(61.892)
(=) Resultado fiscal apurado e base negativa após Comp. (Prejuízo fiscal e base negativa)		(339.670)	(61.662)
IRPJ	25%	(84.917)	(15.415)
CSLL	9%	(30.570)	(5.550)
Total – IRPJ/CSSL Diferido Passivo		(115.487)	(20.965)

	31/12/2021	31/12/2020
Ativos diferidos	71.389	15.325
Passivos diferidos	<u>(115.487)</u>	<u>(20.965)</u>
Total líquido – IRPJ/CSSL Diferido passivo	<u>(44.098)</u>	<u>(5.640)</u>
Resultado – IRPJ/CSSL diferido – 2020	<u>(5.640)</u>	<u>(5.640)</u>
Alíquota Efetiva - (%)	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total IRPJ/CSSL Diferido acumulado	<u>(49.738)</u>	<u>(5.640)</u>

8 Empréstimos, obrigações do contrato de cessão e debêntures.

A Companhia adotou a estratégia de obter aportes através de empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo e emissão debêntures para avançar com as fases do projeto de construção do metrô Linha 6 - Laranja na cidade de São Paulo.

Debêntures

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Debêntures	<u>1.478.671</u>	<u>886.712</u>
	1.478.671	886.712
Não Circulante		
Debêntures	<u>858.798</u>	<u>-</u>
	<u>858.798</u>	<u>-</u>
Total	<u>2.337.469</u>	<u>886.712</u>

A Companhia emitiu debêntures de curto prazo para início do projeto. Durante os anos de 2020 e 2021, foram emitidas a 1ª; 2ª (posteriormente cancelada); 3ª e 4ª; totalizando o valor de R\$ 2,4 bilhões de reais.

Cada emissão de debêntures obteve liberações em três séries. Em 31 de dezembro de 2021 totalizaram o valor de R\$ 2.300.000 (dois bilhões, e trezentos milhões de reais), ficando a ser liberado em 2022 a 4ª emissão da 3ª série no valor de R\$ 100 milhões.

Devido ao atraso nas negociações com o BNDES, houve a necessidade de renegociação e alongamento do prazo de pagamento das debêntures, sendo renegociado para o primeiro quadrimestre de 2022.

Abaixo demonstramos as movimentações das debêntures desde a sua contratação até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

Saldo em 01/01/2020	01/01/2020	Principal	Custo de captação	(+) Juros	(-) Pagamento de Juros	31/12/2020
1ª Emissão - Série 1 e 2	-	880.000	(12.215)	6.712	12.215	886.712
Saldo em 01/01/2021	01/01/2021	Captações	Custo de captação	(+) Juros	(-) Juros	31/12/2021
1ª Emissão - Série 1, 2 e 3	886.712	120.000	(5.487)	67.349	(34.528)	1.033.521
3ª Emissão - Séries 1 2 3	-	450.000	(6.719)	21.383	(19.514)	445.150
Circulante	886.712	570.000	(12.206)	88.732	(54.042)	1.478.671
4ª Emissão - Séries 1	-	600.000	(2.107)	11.024	-	608.917
4ª Emissão - Séries 2	-	250.000	(861)	742	-	249.881
Não Circulante	-	850.000	(2.968)	11.766	-	858.798
Total	886.712	1.420.000	(15.174)	100.498	(54.042)	2.337.469

8.1 Empréstimos

	31/12/2021	31/12/2020
Circulante		
Empréstimos	122.964	154.796
	122.964	154.796
Não Circulante		
Empréstimos	118.566	237.009
	118.566	237.009

A Concessionária Linha Universidade S.A (CLU) negociou o acordo entre a Secretária Municipal de transportes (Poder Concedente) e a Move São Paulo. Esta negociação, resultou em um contrato entre as partes para transferência da concessão pública e do contrato de parceria público privada para a CLU. O acordo foi firmado em 5 de outubro de 2020 e envolveu as seguintes partes: Consórcio Move; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); as Entidades Financeiras Credenciadas pelo BNDES (ligadas ao empréstimo concedido); e a Secretária Municipal de Transportes (Poder Concedente).

O acordo firmado, prevê a compra dos ativos da Move São Paulo e seus respectivos custos, bem como a transição administrativa.

Esse acordo envolveu o parcelamento dos valores e com obrigações contratuais e financeiras a serem cumpridas em sua totalidade durante o período dos anos de 2020 a 2025. A companhia efetuou o pagamento da 2ª parcela dessas obrigações em 2021 mantendo-se em dia com suas obrigações assumidas.

Na tabela destacada abaixo demonstramos as movimentações dos anos de 2020 e 2021:

Movimentação 2020						
	Taxa	Saldo em 01/01/2020	Captações	Amortização	Juros	Saldo em 31/12/2020
BNDES	CDI + 2,95% a.a.	-	283.213	(113.285)	2.355	172.283
Santander	CDI + 2,95% a.a.	-	104.512	(31.354)	1.017	74.175
BTG Pactual	CDI + 2,95% a.a.	-	90.349	(27.105)	880	64.124
Credit Agricole	CDI + 2,95% a.a.	-	69.757	(20.927)	679	49.509
Banco ABC	CDI + 2,95% a.a.	-	44.690	(13.407)	435	31.718
Total		-	592.521	(206.078)	5.366	391.809

Movimentação 2021						
BNDES e Entidades Financeiras	Taxa	Saldo 31/12/20	Amortização Principal	Juros	Juros pagos	Saldo 31/12/21
BNDES	CDI + 2,95% a.a.	172.283	(56.643)	9.209	(10.313)	114.536
Santander	CDI + 2,95% a.a.	74.175	(31.312)	4.470	(4.412)	42.921
BTG Pactual	CDI + 2,95% a.a.	64.124	(27.068)	3.864	(3.814)	37.106
Crédit Agricole	CDI + 2,95% a.a.	49.509	(20.899)	2.984	(2.945)	28.649
Banco ABC	CDI + 2,95% a.a.	31.718	(13.407)	1.911	(1.905)	18.318
Total		391.809	(149.329)	22.439	(23.389)	241.530

Na tabela destacada abaixo demonstramos os respectivos valores entre o curto e longo prazo de cada Instituição financeira:

BNDES e Entidades Financeiras	C.P.	L.P.	Total
BNDES	57.895	56.641	114.536
Santander	21.997	20.924	42.921
BTG Pactual	19.018	18.088	37.106
Crédit Agricole	14.683	13.966	28.649
Banco ABC	9.371	8.947	18.318
Total	122.964	118.566	241.530

8.2 Obrigações Contratuais

As obrigações assumidas no contrato de compra de ativos e no contrato de cessão de direitos firmados junto a Move SP nos valores de R\$ 88.000 e R\$ 118.404 respectivamente, prevê uma carência de prazo em que os pagamentos iniciam em 2022 a seguir até o ano de 2025 com acréscimo de 3% a.a.

Os contratos de cessão incluem valores transacionados pelas empresas que fizeram parte do consórcio de empresas construtoras, que atuaram nas obras do projeto da concessão e os valores dispendidos de obrigações assumidas. A Concessionária concordou em pagar o valor total em parcelas anuais reajustadas com juros simples 3% a.a., e já foram efetivados os pagamentos da primeira (2020) e segunda (2021) parcelas, restando o valor de duas parcelas que totalizam os valores indicados nos quadros acima. Os valores residuais acordados e os juros da operação totalizam R\$ 278.286 na posição findo 31 de dezembro de 2021 considerando os juros futuros.

Circulante	31/12/2020	Amortização	Juros a apropriar	Juros Pagos	31/12/2021
Empréstimos - Consórcio Move	118.569	-	15.567	-	134.136
	118.569	-	15.567	-	134.136
Não Circulante					
Empréstimos - Consórcio Move	391.626	(129.217)	(1.441)	(3.877)	257.091
Empréstimos - Move	8.000	-	-	-	8.000
	399.626	(129.217)	(1.441)	(3.877)	265.091

Covenants sobre os empréstimos contratados

A companhia celebrou alguns contratos de empréstimos e assunção de dívida que contêm cláusulas que rege questões de covenants.

Os contratos firmados pela concessionária entre as principais cláusulas de covenants obrigam a companhia a observar itens como os descritos abaixo:

- Pagamentos de dividendos limitados aos mínimos obrigatórios previstos na lei das S.A.s;
- Conceder ou amortizar qualquer empréstimo, mútuo ou pagamentos de qualquer natureza a quaisquer afiliados.
- Obter previamente autorização dos debenturistas para casos de redução de capital;
- Obter previamente autorização dos debenturistas para alterações do objetivo social em atividades que venha a prejudicar sua atividade preponderante.

A Companhia não identificou nenhum evento de não conformidade em 31 de dezembro de 2020 e 2021.

9 Partes relacionadas

A concessionária faz parte do Grupo Acciona, um conglomerado espanhol de promoção e gestão de infraestruturas atuando nas áreas (construção, água, indústria e serviços) e energias renováveis formado por várias empresas e considerada entre as três maiores construtoras da Espanha com sede em Madrid.

Durante a fase I do projeto o contrato EPC foi celebrado e a concessionária contratou a construtora Acciona Construcción responsável pelas obras, o contrato EPC - referente a construção do tuneis, terminais e estações do metrô; e Services Agreement - importante contrato com a “Acciona Concesiones S.A” referente a contratação dos profissionais da área de engenharia e financeira expatriados da Espanha remunerados a partir de acordo firmados entre as duas companhias.

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2021 na Companhia decorrem das transações descritas acima, os quais são efetuados em condições usuais de mercado.

	Passivo		Resultado
	Provisões	Fornecedores	Serviços contratados
Acciona Construcción S.A (i)	188.549	6.562	10.486
Acciona Concesiones S.A (ii)	22.194	958	5.802
Acciona Prod. Diseño (iii)	-	-	251
	210.744	7.520	16.539

- (ii) Acciona Construcción construtora sucursal no Brasil, os valores registrados nas contas de ativo e passivo referem-se a fase I da construção do projeto referente a implantação dos terminais e estações do metrô previstos no contrato da obra – EPC e os serviços contratados.
- (iii) Acciona Concesiones empresa espanhola responsável por projetos de concessão de transportes, água e energia em vários países, os valores registrados nas contas de ativo e passivo referem-se as assessorias que atuaram nas áreas de engenharia, legal e financeira.
- (iv) Acciona Producciones y Diseño empresa responsável por projetos de marketing e branding.

10 Patrimônio líquido

A Concessionária foi constituída em 22 de novembro de 2019 com a razão social de Linha Universidade Participações, com o capital social subscrito no valor de R\$ 1, representado por 1.000 ações de valor nominal e tendo como objeto social atuar como Holding de instituições não financeiras.

Em reunião datada de 21 de maio de 2020 os acionistas se reuniram em sua totalidade para deliberar sobre alterações necessárias para adequação da companhia ao escopo do projeto da Linha 6 – Laranja do Metro de São Paulo.

- Alteração da denominação social, do objeto social e aumento de capital;
- Alteração dos membros da diretoria executiva e as tratativas vigentes sobre o acordo de cessão da Move (nota explicativa nº 9).

Em consonância com o determinado em reunião a companhia passou a denominar-se Concessionaria Linha Universidade S.A, o objeto social passou a ser exclusivamente a Prestação de serviços de transportes metropolitanos e o capital subscrito que era de R\$ 1, passou a ter nova subscrição com o aumento no valor de R\$ 519.000, totalizando a partir da alteração o valor de R\$ 520.000.

Durante o ano de 2020 os sócios realizaram aportes de capital no valor total de R\$ 138.450.

Aportes	R\$ / Ações
Janeiro/2020	1
Julho/2020	63.499
Outubro/2020	74.950
Total	138.450

Em 22 de dezembro de 2020 através de reunião da assembleia geral extraordinária, a companhia aprovou a conversão das ações para preferenciais de Classe A e de Classe B, houve a criação do conselho de Administração e eleição de seus membros.

Em reunião datada de 30/12/2020 os membros da direção da companhia deliberaram sobre a criação e regulamentação dos órgãos permanentes, compostos pelo conselho administrativo, conselho fiscal e diretoria.

Os sócios da concessionária baseados no projeto financeiro, resolveram negociar parte das ações emitidas, trazendo para sua estrutura de capital social as empresas Stoa Metro Brasil e a empresa Socgen Inversiones Financieras que passaram a participar como sócios da companhia, através da transferência de ações da Acciona Concesiones e Acciona Construcción, o quadro abaixo demonstra a nova composição acionária.

Ações Ordinárias	Partic. (%)	Ações Ordinárias Subscritas	Ações Ordinárias Integralizadas	Ações à Integralizar
Acciona Construcción	43,00%	113.950	59.534	54.416
Socgen Inversiones Financieras	27,65%	73.273	38.281	34.992
STOA Metro Brazil	12,36%	32.754	17.112	15.642
Acciona Concesiones	11,99%	31.773	16.600	15.173
Linha Universidade Investimentos	5,00%	13.250	6.923	6.327
Total	100,00%	265.000	138.450	126.550

Ações Preferencias Classe A	Partic. (%)	Ações Subscritas	Ações Integralizadas	Ações à Integralizar
Acciona Construcción	43,00%	109.650	-	109.650
Socgen Inversiones Financieras	27,65%	70.508	-	70.508
STOA Metro Brazil	12,36%	31.518	-	31.518
Acciona Concesiones	11,99%	30.574	-	30.574
Linha Universidade Investimentos	5,00%	12.750	-	12.750
Total	100,00%	255.000	-	255.000
Capital Consolidado	26,63%	520.000	138.450	381.550

- (a) **Destinação do resultado:** Existe a previsão contratual de destinação de parte dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos:
- (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social;

- (ii) Conforme estabelecido no estatuto social da empresa a importância para o pagamento do dividendo obrigatório será de, no mínimo, 5% do lucro líquido ajustado.

Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria.

	31/12/2020	31/12/2021
Reserva de Lucros	10.087	87.875
Dividendos Propostos - 2021	-	4.066
Dividendos Propostos - 2020	-	(531)
Reserva Legal	559	4.839

Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela diretoria.

Acionistas	Participação (%)	R\$ - Dividendos
Acciona Construcción	43,00%	1.748
Socgen Inversiones Financieras	27,65%	1.124
STOA Metro Brazil	12,36%	503
Acciona Concesiones	11,99%	488
Linha Universidade Investimentos	5,00%	203
	100%	4.066

- (b) **Acordo de acionistas:** Nos termos do Estatuto Social, a Companhia, seus acionistas e administradores obrigam-se a resolver eventuais controvérsias entre eles por meio de arbitragem em Tribunal Arbitral a ser constituído na Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (“Câmara”).

11 Receitas e Custos de construção

A companhia registra na contabilidade as receitas em contrapartida do registro do ativo financeiro e os custos em contrapartida dos fornecedores contratados, resultante das operações da fase I do contrato de concessão. O ativo financeiro está sendo atualizado pela expectativa de recebimento dos fluxos de caixas futuros quando começar a receber as receitas pelo funcionamento do metrô.

A companhia encontra-se na Fase I do contrato de concessão e nesta fase não há previsão de recebimento das receitas tarifárias e demais receitas da exploração de espaços e de locação das estações.

	31/12/2021	31/12/2020
Receita Ativo Financeiro Cessão	-	1.315.795
Receita de Construção EPC	1.239.471	448.583
Receita Ativo Financeiro Assessorias Especializadas	-	103.208
Receita Atualização Ativo Financeiro	279.984	44.487
Receita de Ativo Financeiro – outras	71.251	17.405
Total das Receitas Líquidas	1.590.706	1.929.477

	31/12/2021	31/12/2020
Custo Ativo Financeiro Cessão	-	(1.315.795)
Custo de Construção	(1.239.255)	(448.583)
Custo Ativo Financeiro Assessorias Especializadas	-	(103.208)
Custos de Seguros (a)	(5.914)	(3.904)
Custos das Garantias (b)	(10.210)	-
Total custos dos serviços prestados	(1.255.378)	(1.871.490)

- (a) O contrato de concessão prevê a necessidade de contratação de apólices de seguros para garantir a cobertura e mitigar os possíveis riscos associados a obras, riscos das operações e riscos de não cumprimento das obrigações contratuais.
- (b) O contrato de empréstimos para obter a debentures junto as entidades financeiras prevê a necessidade da apresentação de garantias financeiras.

Foi contratado junto a Tokio Marine Seguradora uma apólice de seguros nº 061902020881107750014798, com vigência de 04/05/2021 a 11/09/2022 como garantia junto ao poder concedente afim de mitigar os riscos financeiros. A apólice é renovada anualmente em cumprimento ao contrato de concessão.

12 Despesas Operacionais

Foi registrado em contas de serviços contratados do grupo os valores referentes aos profissionais advindos da Espanha para as áreas de engenharia e financeira, contratados através de acordo entre as partes envolvidas Brasil e Espanha através do contrato “Services Agreement”. O quadro abaixo ilustra a movimentação dos meses de outubro a dezembro de 2020 e a movimentação anual de 2021.

	2021	2020
Serviços Contratados - Partes Relacionadas	(16.539)	(4.694)
Serviços Contratados Assessorias	(8.198)	(3.920)
Serviços Operador sistema Metro	(7.410)	(1.865)
Serviços de Certificadora	(5.607)	(677)
Serviços de Sustentabilidade	(1.127)	(147)
Outras	(1.091)	-
Total - Serviços Contratados	(39.972)	(11.303)
Pessoal	(10.443)	(1.351)
Administrativas	(955)	(137)
Tributárias	(1.849)	(706)
Depreciação e Amortização	(345)	-
Total - Administrativas, tributárias e com pessoal	(13.592)	(2.194)

13 Resultado financeiro líquido

	2021	2020
Rendimento de Aplicação Financeira (a)	1.625	493
Descontos Obtidos (a)	<u>13</u>	<u>4</u>
Total receitas financeiras	<u>1.637</u>	<u>497</u>
Juros sobre valor empréstimos -Debentures (b)	(100.498)	(18.928)
Juros sobre valor empréstimos- Cessão (b)	(20.037)	(3.873)
Juros sobre valor empréstimos CCBS (b)	(13.288)	(3.011)
Juros sobre valor empréstimos BNDES (b)	(10.577)	(2.355)
Outros valores de Juros e tarifas	<u>(9.299)</u>	<u>(3)</u>
Total despesas financeiras	<u>(153.699)</u>	<u>(28.170)</u>
Resultado Financeiro líquido	<u>(152.062)</u>	<u>(27.673)</u>

- (a) Resultado das operações com os recursos que permaneceu investidos em aplicações financeiras.
- (b) Operação com Contrato de Cessão e empréstimo ponte.

As obrigações assumidas estão sujeitas a diferentes taxas de juros incidentes sobre cada operação e estão descritas na nota explicativa n.9.

14 Desapropriações

A Concessionária será responsável pelas comunicações e acompanhamento dos processos de Desapropriações de imóveis previstos Decreto Estadual no 58.025 de maio de 2012.

Artigo 1º - A lista dos imóveis alcançados pela desapropriação, descritos nos autos do processo STM-107/2012, necessários para a implantação da Linha 6 – Laranja da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Artigo 2º - Fica a Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ autorizada a invocar o caráter de urgência nos processos judiciais de desapropriação.

Artigo 3º - As despesas com a execução do presente decreto correrão a cargo da Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ.

Dessa forma os valores das indenizações são de responsabilidade do Poder Concedente que possui conta bancária específica onde são aportados os valores de indenização aos donos dos imóveis, sendo que a Concessionária não controla esta conta e tem somente acesso para fins de consulta.

Prevê ainda a cláusula 37ª do contrato de concessão que se a concessionária, verificar a necessidade de utilização de áreas não contempladas pelo Decreto Estadual e que sejam necessárias à implantação do futuro Terminal de ônibus da Vila Cardoso, bem como à implantação integral da Linha 6, deverá a CONCESSIONARIA apresentar ao PODER CONCEDENTE os documentos previstos para imóveis que devam ser desapropriados.

A companhia através dos seus assessores jurídicos identificou processos em nome da Move São Paulo, referentes a Desapropriação de imóveis, apresentando histórico de mudança de nome da Move para Linha Uni, porém o contrato de concessão e conjunto com o Decreto Estadual 58.025/2012 prevê as responsabilidades financeiras e o alcance dos processos de desapropriação dos imóveis e a responsabilização do Poder Concedente.

Foram identificadas 216 ações referente a processos de IPTU dos imóveis desapropriados, para as quais não é esperado desembolso financeiro pela companhia, portanto, em 31 de dezembro de 2020 e 2021, não há saldos provisionados ou divulgados relacionados as contingências envolvendo a companhia.

15 Cobertura de apólices de seguros

A companhia contrata coberturas de seguros para mitigar possíveis riscos para os quais possa estar exposta. O contrato de concessão prevê a contratação de seguros para garantir de riscos financeiros do poder concedente, e contratou a apólice nº 50014798 para mitigar os riscos. Através da apólice nº 2500446 a empresa contrata coberturas para mitigar riscos associados ao escritório prédio e ao conteúdo.

Companhia contratada		Tipos de seguros	Importância segurada	Prazo de vigência
Tokio Marine S.A. 50% - Potencial Seguradoras S.A - 50%	Nº 061902020881107750014798 - ENDOSSO Nº 0000000	Riscos Financeiros	R\$ 649.129.506,93	04/05/2021 a 11/09/2022
Tokio Marine S.A.	Nº 2500446	Compreensivo Empresarial	R\$ 3.800.000,00	15/12/2021 a 15/12/2022

16 Eventos subsequentes

Venda de participação societária para sócio investidor

A companhia recebeu no início de janeiro o valor de R\$ 113 milhões do novo sócio Socgen Inversiones Financieras como aporte de capital pela aquisição de participação societária que representa 29,64% do capital social.

Novo aporte de capital social

A companhia recebeu em março novo aporte do sócio Acciona Construcción no valor de R\$ 164 milhões.

Incidente na obra próximo ao VSE Aquinos

No dia 01 de fevereiro de 2022 houve um incidente com rompimento de uma coletora de esgoto próximo ao VSE Aquinos, o incidente não causou nenhuma vítima. As equipes da Concessionaria Linha Uni, da construtora responsável pelo contrato EPC Acciona Construcción e todo seu grupo técnico e de apoio, estiveram no local para apurar todos os fatos e tomar as ações de necessárias para reduzir os impactos na região. O incidente atingiu o VSE Aquinos de forma pontual e isolada, e isso não interfere no avanço das demais frentes de trabalho espalhadas pelos trechos do projeto e por isso a obra segue em execução. Além disso devido à importância e tamanho da obra as empresas envolvidas acionaram suas apólices de seguros vigentes na intenção de cobrir possíveis danos financeiros. Perícias especializadas estão sendo conduzidas lideradas pela Companhia, seguradoras e poder concedente que estudam as possíveis causas do incidente e para esclarecer às autoridades, população em geral e demais envolvidos.

Ação Direta de inconstitucionalidade nº 2.946 proposta pela Procuradoria Geral da República – (PGR)

A Concessionária com base na Constituição federal em seu artigo nº 175 e na Lei Geral de Concessões nº 8.987/1995, que autoriza a movimentação do contrato de concessão entre empresas e/ou as transferências do controle societário, firmou a cessão do contrato de concessão e assumiu a sua responsabilidade, substituindo a Move SP no contrato nº 15/2013 com a anuência da STM – Secretária de Transportes do Metropolitano “Poder Concedente”. Uma Ação Direta de inconstitucionalidade nº 2.946 proposta pela Procuradoria Geral da República – (PGR), versando sobre a inconstitucionalidade da transferência dos contratos de concessão este assunto foi posta em discussão perante o Supremo Tribunal Federal – (STF).

Em 08 de Março de 2022 o STF concluiu a votação em plenário virtual em uma votação de 7 votos contra 4 pela improcedência da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 2.946 e, portanto, pela constitucionalidade do artigo 27 da Lei 8.987/1995, que permite a venda da concessão sem nova licitação e que era questionada pela Procuradoria-Geral da República (PGR).